

## SESSÃO PLENÁRIA DA CONVENÇÃO EUROPEIA

Bruxelas, 15-16 de Maio, 2003

### TEMA: INSTITUIÇÕES

Intervenção do Representante do Governo Português, Prof. Ernâni Rodrigues Lopes

1. Num documento intitulado "Reform of the Institutions-Principles and Premises", Representantes de 16 Governos nesta Convenção, entre os quais eu próprio, afirmam que a reforma das Instituições da União deve obedecer aos seguintes princípios:

- preservar a igualdade dos Estados Membros
- preservar o equilíbrio institucional
- manter o sistema de rotação das Presidências
- manter e reforçar o método comunitário

2. Estes princípios foram reafirmados pelos Chefes de Estado e do Governo dos mesmos 16 países, incluindo o Primeiro-Ministro Português, no Conselho Europeu informal de Atenas. O Presidente da Convenção esteve presente nesse Conselho Informal.

3. Nestas circunstâncias, a proposta do Praesidium causou-nos perplexidade. O princípio da igualdade entre os Estados Membros é desrespeitado; o equilíbrio entre as instituições é desvirtuado; o sistema de rotação das Presidências eliminado; o reforço do método comunitário insuficientemente expresso. Em suma, a proposta do Praesidium afecta directamente os alicerces da construção europeia.

4. Já o tenho dito várias vezes e considero oportuno repeti-lo aqui. É minha profunda convicção que aceitar um Presidente eleito para o Conselho Europeu e o fim generalizado das presidências rotativas seria um erro que se poderia revelar fatal para o futuro da União. Por três motivos muito simples: estaríamos a atentar contra a história, a natureza e os objectivos da União.

5. Por outro lado, o projecto de articulado sobre a futura composição da Comissão não oferece qualquer garantia de que será respeitada a igualdade entre os Estados Membros. E as propostas sobre a composição do Parlamento Europeu e a regra da maioria qualificada no Conselho são um retrocesso relativamente ao Tratado de Nice.

6. Verifico que, nesta área, as posições permanecem ainda bastante afastadas. Temos confiança de que até ao final dos nossos trabalhos será possível fundi-las. Daremos todo o nosso esforço a este objectivo. Mas a Declaração de Laeken é muito clara: o documento final da Convenção deverá indicar opções naqueles casos em que não se obtiver consenso. Desejamos esse consenso, mas também não lhe sacrificaremos princípios que consideramos essenciais.